



COMUNICAÇÃO DIGITAL E ASPECTOS RELACIONADOS À INSTRUÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Maria dos Prazeres Nunes¹
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento²

1. Educação, Comunicação e Políticas Públicas.

RESUMO: A pesquisa apresentada está relacionada com os meios de comunicação digitais, utilizados pelo ser humano que aproxima o conhecimento histórico do passado com o presente. O texto faz uma análise dos aspectos da instituição escolar do ensino secundário na província de Sergipe, pelo presidente Francisco José Cardoso Junior, que regulamentou o curso de humanidades e de ensino normal. Beneficiou os jovens estudantes na capital Aracaju, dando a oportunidade da continuidade dos estudos pós-primário. O referencial teórico-metodológico apoia-se em Zotte (2005) no destaque da educação secundária, Nunes (1984) no embasamento da História da educação em Sergipe e relatórios de presidentes da província de Sergipe e do Império brasileiro. A investigação feita através de redes de internet, elementos que interligados como suporte para pesquisa científica, permitindo o acesso aos documentos digitalizados da História da educação brasileira, e, a instrução pública de segundo grau em Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação digital; Província de Sergipe; Ensino secundário; Atheneu sergipense.

ABSTRACT: The research presented is related to the digital media used by the human being who brings the historical knowledge of the past closer to the present. The text analyzes the aspects of the school institution of secondary education in the province of Sergipe, by President Francisco José Cardoso Junior, who regulated the humanities and normal education courses. It benefited young students in the capital Aracaju, giving the opportunity to continue post-primary studies. The theoretical-methodological framework is supported by Zotte (2005) in the highlight of secondary education, Nunes (1984) on the basis of the History of education in Sergipe and reports by presidents of the province of Sergipe and the Brazilian Empire. The investigation carried out through internet networks, elements that interconnected as support for scientific research, allowing access to digitized documents of the History of Brazilian education, and public high school instruction in Sergipe.

KEYWORDS: Digital communication, Sergipe Province. High school. Atheneu Sergipe.

¹ Universidade Tiradentes-UNIT; Mestre em Educação, GPHPE/PPED/UNIT/CNPq – Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais; e-mail: prazernunes@yahoo.com.br

² Universidade Tiradentes-UNIT ; Doutora em Educação pela PUC de São Paulo (2005) e mestre em Educação Pela UFS (2000). Bolsista de produtividade em educação/CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais/Unit/CNPq. esterfraga@gmail.com



1. Introdução

No século XIX, a ação operante denominada de ensino secundário era para designar o grau da instrução do ensino médio de segundo grau, ou pós-primário. O processo educativo do Império brasileiro de ensino primário era a instrução voltada para educar as crianças e, o ensino secundário era a fase educativa que correspondia o que determinamos atualmente de adolescência. Dessa forma o aluno passava de uma fase para outra, dando continuidade nos estudos.

O ensino secundário era ministrado pelos professores nas instituições intituladas de colégios, Liceus, ginásios, Ateneus. Conforme as informações de Zotti (2005, p. 29) a primeira escola secundária do Brasil ocorreu na Corte do Rio de Janeiro “O Colégio D. Pedro II foi a primeira instituição escolar que passa a usar nominalmente o termo ‘secundário’ como denominação legal”.

A ação do governo Imperial marcava o início da organização do sistema educacional de ensino de instrução secundária. O novo modelo de escola favorecia na formação dos filhos da elite. Para Zotti era a educação da mobilidade socioeconômica. A autora destaca que:

[...] sua finalidade social está diretamente ligada a formação educativa das minorias, ou seja, um ensino voltado a classe economicamente dominante. Seu objetivo pedagógico tem sido o de proporcionar uma ‘cultura geral’, que se vinculou até certa época ao currículo das humanidades clássicas e foi se modificando como resposta as novas exigências socioeconômicas, incorporando os estudos das ciências e das humanidades modernas, mas com caráter desinteressado e intelectualista, como meio de acesso ao ensino de nível superior. (ZOTTI, 2005, p. 29).

Neste sentido, os cursos de humanidades e curso normal foram instituídos para uma preparação mais qualificada para o aluno. Em Sergipe, a oferta pela província era o do ensino primário que correspondia da primeira a quarta classe. Formava por quatro anos de base do conhecimento, para os alunos aprenderem a ler e escrever e as operações matemáticas, e conhecimentos históricos. O aluno que pretendia aumentar seus estudos teria que sair do seu território e migrar para outras províncias, ou partir para os países europeus. A partir da década de 60 do século XIX, foram semeadas



outras possibilidades de escola, o Liceu, que não teve muito destaque em Aracaju, como visto em outras províncias; Pernambuco e Paraíba do norte, como informa Ferronato (2012, p. 7). “a criação de um Liceu. Essa nova instituição passou a ser a principal responsável pela formação secundária oferecida aos jovens da elite local”.

A falta da educação secundária em Sergipe era notada pelo diretor da instrução pública, Manoel Luiz percebeu a necessidade de buscar soluções e mudar os aspectos do ensino público, para oferecer mais opção e condições aos sergipanos a continuar os estudos na sua terra habitada. O presidente da província Francisco José Cardoso Júnior abraçou a causa e os desafios em 24 de outubro de 1870, e lançou o regulamento e instituiu a escola o Atheneu sergipense ofertando dois cursos do ensino secundário, o de humanidades e de ensino normal, que através da comunicação digital podemos ter acesso das informações dos fatos passados.

Então, diante das informações por meios da comunicação digital exposta através de links, disponível pela hemeroteca digital, este estudo traz uma reflexão dos aspectos relacionados ao ensino secundário do século XIX, na província de Sergipe, e tem como objetivo discutir a instituição dos cursos de humanidades e ensino normal como suporte de educação para os estudantes que tiveram na sua formação a continuidade dos estudos pós-primário. O ensino secundário, como era designado na época foi ascensão do sistema de instrução pública na educação de Sergipe.

2. Instrução pública do Curso de Humanidades no Atheneu Sergipense

Atualmente os meios de comunicação mediáticos, nos traz a facilidade de pesquisar e nos permite ter as informações mais precisa através de links e plataformas de acessar aos documentos digitalizados que ficaram registrados na História da educação em Sergipe e no Brasil, como a instrução de ensino secundário, ou pós-primário. Para Silva (2017, p.49) “Dentre os gênero digitais, o e-mail destaca-se [...] textos, imagens, sons, vídeos links, passam ser enviados para qualquer lugar. ‘As mensagens eletrônicas são hoje, possivelmente, o tipo de texto mais produzido nas sociedades letradas”.



Então, os meios de comunicação nos ofertam as condições de ter acesso a todo tipo de informações, que do passado ao presente, e, por esse caminho do conhecimento pesquisa-se a educação do Século XIX em Sergipe. Após a instalação do Liceu Sergipense para instrução secundária na capital Aracaju em 1862 e, o ensino ter fracassado com duração efêmera, como informa Nunes (1984), o Inspetor geral da instrução pública, Manoel Luiz Azevedo D`Araújo teve a frente da organização e nos preparativa para adicionar ao sistema de educação a instrução pública de ensino secundário, que foi instituída para escola “Atheneu Sergipense” beneficiando os alunos a dar continuidade nos estudos.

A instituição do curso secundário tinha o objetivo de ampliar o grau da educação sergipana, passando a ter o ensino pós-primário, que era a necessidade de ofertar aos alunos a continuidade dos estudos, ao término da educação primária. Dessa forma, os alunos do ensino primário, quando terminassem os estudos, os que desejasse continuar estudado, passavam para o ensino secundário. Naquele cenário existiam em Sergipe 115 escolas de ensino elementar, de 1º, 2º, 3º e 4º classes. Conforme as informações dos relatórios de presidente da província. Sergipe (1871, p. 58), classificação de escolas. “De primeira classe 5; da segunda dita 20; da terceira dita 40; da quarta dita 33; contratados 17”.

O regulamento que determinava as prerrogativas dos profissionais da instrução de ensino secundário, também determinava outras obrigatoriedades no cumprimento das obrigações prestadas ao serviço público; como a divisão de classes em: Inferior e superior e os exames de habilidade para lecionar. Os professores eram submetidos à prova para assumir as cadeiras de ensinar primário e secundário. Os relatórios de presidentes da província informam a seguir:

Os pontos essenciaes do Regulamento de 24 de Outubro são estes: 1º- Creação de um conselho litterario; 2º- Ensino obrigatório-facultativo; 3º- Ensino livre; 4º- Renovação de provas para obtenção da – Vitaliciedade; 5º- Severidade nos concursos para provimento das cadeiras, concursos que só terão lugar depois de ser o candidato considerado idoneo em exame de habilitação; 6º- Divisão da³ instrucção elementar em duas classes-inferior e superior; 7º- Escola normal; 8º- Instrucção secundaria.(SERGIPE, Relatório 1871, p. 48)



A província de Sergipe a partir do regulamento de 24 de outubro de 1870 ganhava novos aspectos de inovação na instrução de ensino pública. Uma nova estrutura escolar beneficiavam os estudantes aracajuanos. O presidente da província, o coronel Francisco José Cardoso Júnior, via a necessidade de mudança no sistema da educação e, assim ampliou o grau de instrução pública na formação dos estudantes, era uma forma também de manter os alunos na província, e não ter que se deslocar para outros territórios para estudar.

No início da instituição dos cursos, as dificuldades foram para a organização de professores para lecionar, devido às exigências do regulamento para encontrar professores gabaritados para atender a tarefa do ensino secundário. Conforme Barroso (2016, p. 5) “o Regulamento Orgânico de 1870 significou um avanço na legislação educacional, mas esbarrou na falta de condições para que ele fosse desenvolvido”.

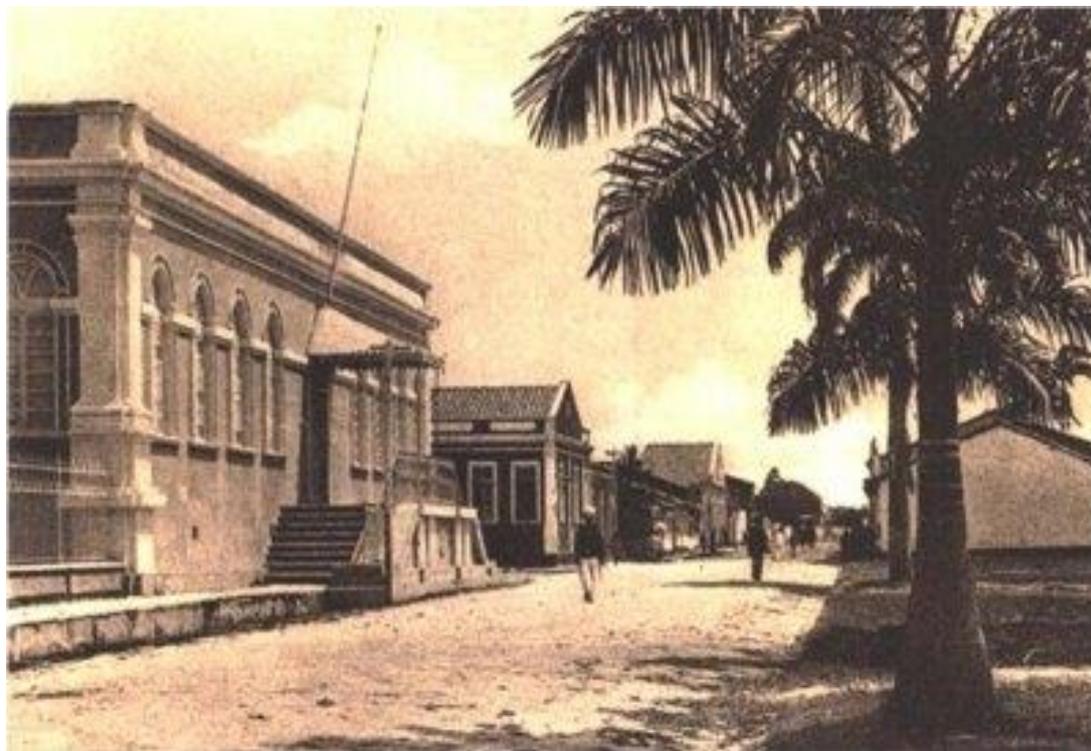
Para Nunes (1984) as maiores dificuldade seria a “falta de professores qualificados”. No artigo - 83, do regulamento de 24 de outubro de 1870, apresentava que, “[...] a capacidade Profissional prova-se pelo exame de habilitação, perante o diretor da instrução e feito por três examinadores pelo mesmos nomeados. Isto dificultará extraordinariamente, Senhores, as pretensões menos legítimas” (SERGIPE, Relatório 1871, p. 51)

Outras dificuldades apresentadas foram os recursos para a construção do prédio da escola Atheneu Sergipense. O regulamento era para a construção da escola Atheneu e a instituição dos dois cursos o de Humanidades e o de ensino Normal, porém as aulas tiveram início em um prédio nas proximidades do palácio do governo, até a construção da escola Atheneu sergipense. A obra foi orçada “em 28:000\$000, para a construção foi contratado o cidadão José Agostinho do Nascimento”. (SERGIPE, Relatório 1871, p. 57)

A obra teve início no dia 13 de novembro de 1870 e foi finalizada após dois anos, em 1872. As aulas dos cursos de Humanidades e ensino Normal tiveram início no dia 3 de fevereiro de 1871. A foto a seguir apresenta o Atheneu que foi inaugurado em 1872.



Figura 1- Foto do Atheneu sergipense



Fonte: Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/1591262/> Acesso 15 de janeiro de 2021

O curso de Humanidades tinha duração de quatro anos. O primeiro ano era formado pela 1ª e 2ª Cadeiras; o segundo ano pela 2ª, 3ª e 6ª Cadeiras; o terceiro ano era composto pela 3ª, 4ª e 5ª Cadeiras; o quarto ano a 2ª, 7ª e 8ª Cadeiras. (SERGIPE, Relatório 1871, p. 55).

O curso de Ensino Normal apresentava um período mais curto com duração dois anos. No primeiro ano curricular o ensino era formado pelas seguintes matérias: Pedagogia, Gramática, Filosofia da Língua Nacional com Análise de Clássicos. O segundo ano final apresentava: Aritmética, Geometria, Geografia e História principalmente do Brasil. O ensino elementar de instrução primária era para desenvolver o aluno e, o ensino secundário era para aperfeiçoar o aluno. O quadro a seguir representa as Cadeiras de ensino secundário.

Quadro 1 – Professores que ensinavam no curso Humanidades e Ensino Normal

Cadeiras	Disciplinas	Professores
1º	Gramática, Filosofia e Análise de Clássicos	Thomaz Diogo Leopoldo



2ª	Latim	Antônio Diniz Barreto
3º	Francês	Geminiano Paes Azevedo
4º	Aritmética, Algébrica e Geometria.	Tito Augusto Souza Andrade
5º	Geografia e História	Rafahel Arcanjo de Moura Mattos
6º	Filosofia Moral e Racional	Sancho de Barros Pimentel
7º	Retorica e Poética	-
8º	Gramática e tradução de Língua Inglesa	Justiniano de Mello Silva
9º	Pedagogia	Ignácio de Souza Valladão

Fonte: Quadro realizado das informações dos relatórios de Presidentes da Província de Sergipe de (1871, p.55). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

Observa-se que das nove cadeiras que compunha os cursos de Humanidades, e, o curso de Ensino Normal, a cadeira de Retórica e Poética não foi preenchida. As matrículas e frequências dos alunos tiveram início com 117 alunos. Muitos professores atuavam nos dois cursos do ensino público secundário, como aponta Alves (2005).

[...] idealizado por Manoel Luiz, defensor da necessidade de centralizar as aulas de Humanidades e as do curso Normal em um só 'estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias', com professores lecionando ao mesmo tempo dois cursos, em horários estabelecidos para funcionar as cadeiras em dias alternados. Se o fato dos dois cursos estarem juntos no Atheneu Sergipense indicava um avanço para época. (ALVES, 2005, p.5).

Nos aspectos relacionados à quantidade de alunos anualmente, tem-se a informação nos relatórios da província sergipana, que nos anos de 1871 tiveram 117 matrículas, e em 1872, o número de alunos foi de 143 matrículas e frequentaram 112 alunos, já em 1873 obteve 165 matrículas e uma redução nas frequências de 115 alunos, no ano de 1874, foram matriculados 334 alunos e frequentaram 264 alunos. O quadro a seguir representa as matrículas do primeiro ano da instrução secundária.

Quadro 2 – Disciplinas e Frequências dos Alunos do Atheneu Sergipense

Cadeira	Disciplina	Alunos Matriculados
1	Gramática, Filosofia e Análise de Clássicos.	18



2	Latim	18
3	Francês	43
4	Aritmética, Algébrica e Geometria.	20
5	Geografia e História	5
6	Filosofia Moral e Racional	4
7	Retorica e Poética	-
8	Gramática e tradução de Língua Inglesa	4
9	Pedagogia	5
Total		117

Fonte: Quadro realizado das informações dos relatórios de Presidentes da Província de Sergipe de (1871, p. 55). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

Nos relatórios da Província de Sergipe, nos anos de 1871 a 1873, os dados referentes aos profissionais da educação às aulas eram ministrados tanto por professores públicos como de instituições particular. No Atheneu o ensino era por matérias e alguns professores ensinavam mais de um, de acordo com sua especialidade. A instrução pública de ensino secundário também foi ofertada aulas avulsas no curso de ensino noturno, para os adultos trabalhadores, nas cidades de Laranjeiras e Estância, aulas de francês.

3. Ensino secundário no Império e Aulas linguísticas avulsas e particulares em Sergipe

A política de instrução primária e secundária no Império era pautada na autonomia das províncias, que podiam criar as suas próprias leis particulares, com diversas denominações e diferentes modos de organização e regularidades nos estabelecimentos de ensino. Porém, o ensino pós-primário não tinha a mesma proporção na procura das matrículas como o ensino elementar, e, era mais frequentado pela elite brasileira. A educação secundária funcionava como base preparatória para o ensino superior, como aponta Gondra; Schueler (2008).



O ensino secundário funcionava como uma ponte de passagem, momento de preparação para os exames de ingresso nos cursos superiores do Império. Colégios, liceus, aulas isoladas e cursos de preparatórios tinham prestígios sociais diversos e visavam a objetivos pedagógicos diferentes, distinguindo-se nitidamente em suas organizações didáticas, na preparação e nas condições de trabalho de seus professores. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.126).

Nesse contexto, o ensino secundário se propagava nas configurações de uma educação voltada para o ingresso de um curso que proporcionasse uma profissão, visando a cargos públicos nas províncias ou no Império, a exemplo do Colégio D. Pedro II na Corte do Rio de Janeiro, para Gondra; Schueler (2008, p. 127) “[...] a maioria dos alunos pertencia à elite econômica e política do país, apesar de haver a previsão para estudantes destituídos de recursos. [...] os alunos do Imperial Colégio saíam com o diploma de Bacharel em Letras”.

Para Gondra, o ensino de letra com diploma de Bacharel era “aptos a ingressar nas faculdades nos cursos superiores”. Neste sentido, o autor afirma que “Liceus e Ateneus foram criados em diversas províncias, como medida para consolidar o secundário regular, o que indicia uma vez mais as disputas existentes no que se refere à forma escolar [...] do ensino no Império”. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 128).

O quadro a seguir apresenta os aspectos do ensino secundário nas províncias do Império brasileiro.

Quadro 3 – Escolas de instrução pública secundária no Império

Províncias	Escolas secundárias		Alunos		Total
	Masculina	Feminina	Sexo masc.	Sexo fem.	
Alagoas	4	1	117	-	117
Amazonas	1	-	49	-	49
Bahia	2	1	268	29	297
Ceará	-	-	-	-	-
Espirito Santo	2	1	93	-	93
Goiás	1	-	99	-	99
Maranhão	6	-	318	-	318
Mato Grosso	-	-	-	-	-
Minas Gerais	50	-	425	-	425
Pará	1	-	58	-	58
Paraíba	4	-	107	-	107



Paraná	2	-	53	-	53
Pernambuco	6	-	395	-	395
Piauí	1	-	37	-	37
R. Grande Norte	1	-	109	-	109
R. Janeiro	4	1	36	22	58
Santa Catarina	-	-	-	-	-
S. Paulo	2	-	42	-	42
S. Pedro R.G.Sul	3	1	45	27	72
Sergipe	5	-	192	-	192
Total	95	5	2.916	78	2.994

Fonte: Quadro adaptado das informações de: BRASIL, relatório de ministério do Império 1871, p. 30-31. Anais do Império. Relatório do Ministro do Império de 1872. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

Observa-se que a presença da mulher no ensino secundário era em poucas províncias, com números reduzidos inferior as escolas do sexo masculino. As províncias da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram as que se destacaram em escolas do sexo masculino e feminino.

Em Sergipe, o curso de ensino normal com o passar do tempo foi enfraquecendo por falta de autonomia própria, por isso, para o seu desenvolvimento adequado precisava de uma habilitação que oferecesse mais tempo e dedicação ao magistério. Então, houve a necessidade de separar o curso normal do curso de Humanidades, assim foi instalada uma melhor preparação para a instrução das aulas, conforme relatório de presidente da província,

As novas condições da eschola normal dar nos-hão a excellencia do magistério. A excellencia do magisterio salvará o, ensino elementar. A eschola normal tem agora um curso de trez annos em seis cadeiras, que ensinam as materias seguintes: moral e religião, grammatico. da lingua nacional, exercidos de leitura de classicos em prosa e verso, redacção, exercicios calligraphicos, arithmetica, systemia metrico, elementos de geometria, desenho linear, noções geraes de geographia e de historia, geografia e historia do Brasil, principalmente de .Sergipe, rfectida da. Constituição política do imperio, noções geraes do phisica, de chimica, de agricultura, pedagogia e legislação do ensino, alem da cadeira de pedagogia pratica anexa á mesma eschola. (SERGIPE, relatório 1875, p.37)

Dessa forma, o ensino normal foi separado em 1875 do curso de Humanidades foi instalando em um novo espaço e com modificações na estrutura das disciplinas,



assim como o percurso de tempo. O ensino normal passou de dois anos letivo para três anos. Outro aspecto que marcou o ensino secundário foi às aulas linguísticas e avulsas em diversos espaços diferentes. O quadro a seguir aponta os locais que favoreceram a adequação.

Quadro 4 – Aulas secundárias linguísticas e avulsas em diferentes espaços

Aulas avulsas	Matérias	Matriculas	Frequências
Estância	Latim	29	27
	Francês	19	19
Laranjeiras	Latim	16	13
Colégio Salvador	Diversas	45	45
Colégio Dira	Latim e Francês	11	11
Capela – Colégio N.S. Amparo	Latim	17	17
Japarutuba-Internato	Latim	15	15
Total		152	147

Fonte: Sergipe, relatório de 1875, p. 25-26. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

Como podemos observar, o ensino linguístico esteve também presente nas cidades do interior sergipano. Laranjeiras, Estância, Capela e Japarutuba foram beneficiadas com a instrução do ensino secundário. Na capital Aracaju o colégio Salvador apresentava uma variedade em matérias, mas com poucos alunos.

Considerações Finais

Com base nos dados relacionados, esta pesquisa buscou contribuir com a História da Educação do século XIX na província de Sergipe e no Império brasileiro, através dos meios de comunicação digitais, por links de informações e exploração no campo do conhecimento científico.

Os fatos históricos, que nos conduz ao conhecimento do nosso passado é a ponte de comunicação que liga o ser humano em buscar de novos conhecimentos para



entender o presente. Atualmente os meios de comunicação midiática têm colaborado com o campo da pesquisa. As facilidades e a velocidade das informações através da internet fazem com que possamos compreender melhor a história da educação brasileira, isso, graças a variedades de documentos digitalizados.

A instrução de ensino secundário em Sergipe foi o elemento de ascensão para o sistema de educação. Havia a necessidade dos estudantes do ensino primário dar continuidade nos estudos, e a razão encontrada foi regulamento de 24 de outubro de 1870, que instituiu a escola Atheneu e os cursos de Humanidades e ensino Normal.

As províncias do Império brasileiro tinham autonomia e eram responsáveis pela organização da educação. Então os presidentes podiam criar através da legislação a política de sistema da educação. O ensino primário era o mais ofertado em todas as províncias, já o ensino secundário tinha uma procura baixa e satisfaziam a elite brasileira, propicia a cargos públicos.

O curso de ensino de instrução secundário era mais voltado para o sexo masculino, para a figura feminina foram poucas as províncias que ofertaram, entre elas, a província da Bahia, o município da Corte do Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Os relatórios documentais nos enriquecem de informações sobre a educação brasileira.

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)** programa de estudo pós-Graduação em educação: História, política e sociedade. Pontifícia: Universidade Católica de São Paulo 2005.

BARROSO, Cristina de A. Valença C. **A Construção da Trajetória do Curso Normal Feminino no Século XIX.** V Congresso Sergipano de História, V encontro Estadual de História da ANPUH/SE. Outubro de 2016. Aracaju/SE. Disponível em: http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486561674_ARQUIVO_A_SREFORMASEDUCACIONAIS Acessado em 20 de maio de 2020.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu provincial:** As primeiras configurações da instrução secundária na província da Paraíba do Norte (1836- 1884). Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4672/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 20 de Janeiro de 2021



GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortes, 2008.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Editora: Paz e Terra; Rio de Janeiro. 1984.

PAIVA, V. L. M. O. e, E-mail: um novo gênero textual. In: MARCUSCHI, L. A; XAVIER, A. C. (orgs.) **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

SILVA, Valdirene Rover de Jesus. Letramento digital, leitura de hipertextos: o e-mail como uma possibilidade pedagógica na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Simbiótica**. vol.4, n.1, jan.-jun., 2017.

ZOTTE, Solange Aparecida. O Ensino Secundário no Império Brasileiro: Considerações sobre a Função Social e o Currículo do Colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04_18.pdf Acessado em 12 julho de 2020.

Fontes

BRASIL. **Anais do Império. Relatório do Ministro do Império de 1872**. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

SERGIPE. **Relatório de 1871**. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

SERGIPE. **Relatório de 1875**. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.